



Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

***Relatório Financeiro sob o
Regime de Caixa de acordo
com as Normas Internacionais
da Contabilidade para o Setor
Público (IPSAS na base de caixa).***

**Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa de acordo
com as Normas Internacionais da Contabilidade para o
Setor Público (IPSAS na base de caixa)**

Demonstrações Financeiras
1 de janeiro a 30 de junho de 2022

Índice

1. Demonstração do Fluxo de Caixa	5
2. Demonstração do Desempenho Orçamental	6
3. Notas Explicativas	7
Nota 1: Contexto Operacional	7
Nota 2: Políticas Contabilísticas	7
Nota 3: Abrangência	8
Nota 4: Data da Autorização	8
Nota 5: Das Receitas e Despesas	8
Nota 6: Caixa e Equivalentes de Caixa	9
Nota 7: Impostos	9
Nota 8: Contribuições para Segurança social	10
Nota 9: Transferências	10
Nota 10: Outras Receitas do Estado	10
Nota 11: Outros Recebimentos	11
Nota 12: Pessoal e Encargos	12
Nota 13: Aquisição de bens e serviços	12
Nota 15: Subsídios	13
Nota 16: Transferências	14
Nota 17: Benefícios Sociais	14
Nota 18: Outras Despesas do Estado	15
Nota 19: Adiantamentos por regularizar	15
Nota 20: Outros Pagamentos	15
Nota 21: Venda de ativos não financeiros	16
Nota 22: Empréstimos concedidos – amortização	16
Nota 23: Depósitos Certificação Poupança Mi - Levantamentos	16
Nota 24: Compra de Ativos não Financeiros	17
Nota 25: Ações e Outras Participações Mercado Interno – Aquisição	17
Nota 26: Empréstimos Concedidos Mercado Interno	17
Nota 27: Empréstimos Obtidos – Mercado interno	18
Nota 28: Empréstimos Obtidos – Mercado Externo	18
Nota 29: Amortização de Empréstimo Interno	19
Nota 30: Amortização de Empréstimo Externo	19
Nota 31: Amortização de Empréstimo Leasing	19
Nota 32: Saldo Inicial e Final de Caixa	20

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

1. Demonstração do Fluxo de Caixa

Mapa do IPSAS - Demonstrativo de Fluxo de Caixa	2021	2022	Referência
Fluxos Operacionais			
Recebimentos	20 236 846 707	33 549 949 406	
Impostos	14 956 801 484	20 477 755 353	7
Segurança Social	29 035 825	32 945 950	8
Transferências	689 598 148	529 040 382	9
Outras Receitas do Estado	2 209 536 425	2 927 593 051	10
Outros recebimentos (terceiros)	2 351 874 825	9 582 614 670	11
Pagamentos	30 004 360 417	39 847 497 519	
Despesas com pessoal	10 673 187 997	11 059 736 553	12
Aquisição de bens e serviços	3 601 630 219	4 158 795 290	13
Juros e outros encargos	2 056 644 667	2 725 156 354	14
Subsídios	599 890 940	711 588 840	15
Transferências	2 643 791 435	2 454 849 406	16
Benefícios Sociais	4 686 612 114	4 179 150 350	17
Outras Despesas	771 879 792	1 340 737 668	18
Adiantamentos por regularizar	433 062 018	716 438 334	19
Outros pagamentos (terceiros)	4 537 661 235	12 501 044 724	20
Fluxo Líquido Operacional	-9 767 513 710	-6 297 548 113	
Fluxos de Investimentos			
Recebimentos	542 752 775	3 047 380 900	
Venda activos não financeiros	527 558 855	368 625 763	21
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	15 193 920	22 669 366	22
Depósitos Certif. Depósito Poupan Mi - Levantamentos	0	2 656 085 771	23
Pagamentos	1 902 531 729	2 539 859 689	
Compra de activos não financeiros	1 029 819 344	1 386 507 208	24
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	289 368 439	950 514 507	25
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	583 343 946	202 837 974	26
Fluxo Líquido Investimento	-1 359 778 954	507 521 211	
Fluxos de Financiamento			
Recebimentos	17 486 778 156	17 915 363 299	
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições	14 043 511 675	14 929 290 619	27
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	3 443 266 481	2 986 072 680	28
Pagamentos	5 599 207 010	9 912 845 128	
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações	3 555 444 395	5 760 192 582	29
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	1 969 985 827	4 095 457 560	30
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	73 776 788	57 194 986	31
Fluxo Líquido Financiamento	11 887 571 146	8 002 518 171	
Fluxo Líquido Total	760 278 482	2 212 491 269	
Saldo Inicial de Caixa	633 200 000	2 007 549 781	32
Saldo Final de Caixa	1 172 860 300	6 545 871 300	32

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

2. Demonstração do Desempenho Orçamental

Mapa do IPSAS - Demonstrativo Desempenho Orçamental	Orçamento Inicial	Orçamento Atual	Realizadas	% Inicial	% Atual
Receitas operacionais					
Impostos	41 183 519 126	41 183 519 126	20 477 755 353	49,7%	49,7%
Segurança Social	70 893 545	70 893 545	32 945 950	46,5%	46,5%
Transferências	3 981 617 061	4 969 903 632	529 040 382	13,3%	10,6%
Outras receitas	12 960 221 099	12 960 221 099	2 927 593 051	22,6%	22,6%
Outros recebimentos			9 582 614 670	-	-
Soma das Receitas operacionais	58 196 250 831	59 184 537 402	33 549 949 406	57,6%	56,7%
Receitas (vendas) dos Ativos e Passivos					
	407 700 000	407 700 000	368 625 763	90,4%	90,4%
Ativos Fixos	97 700 000	97 700 000	4 687 000	4,8%	4,8%
Recursos naturais	310 000 000	310 000 000	363 938 763	117,4%	117,4%
Soma Venda de Ativos e Passivos	407 700 000	407 700 000	368 625 763	90,4%	90,4%
Total das Receitas	58 603 950 831	59 592 237 402	33 918 575 169	57,9%	56,9%
Despesas Operacionais					
Despesas com pessoal	24 326 108 402	24 565 830 147	11 059 736 553	45,5%	45,0%
Aquisição de bens e serviços	12 390 374 375	13 821 477 824	4 158 795 290	33,6%	30,1%
Juros e outros encargos	5 541 327 333	5 516 854 833	2 725 156 354	49,2%	49,4%
Subsídios	1 007 946 597	1 695 509 509	711 588 840	70,6%	42,0%
Transferências	6 662 655 164	6 574 496 810	2 454 849 406	36,8%	37,3%
Benefícios Sociais	8 316 418 159	8 476 671 867	4 179 150 350	50,3%	49,3%
Outras Despesas	3 867 573 069	3 964 908 522	1 340 737 668	34,7%	33,8%
Adiantamento por regularizar			716 438 334	-	-
Outros pagamentos			12 501 044 724	-	-
Soma das Despesas operacionais	62 112 403 099	64 615 749 511	39 847 497 519	64,2%	61,7%
Compra de Ativos e Passivos					
	14 988 552 265	14 230 452 958	-138 895 448	-0,9%	-1,0%
Ativos Não Financeiros	10 625 075 139	11 134 501 742	1 386 507 208	13,0%	12,5%
Ativos Financeiros	-4 363 477 126	-3 095 951 216	1 525 402 656	-35,0%	-49,3%
Soma Compra de Ativos e Passivos	14 988 552 265	14 230 452 958	-138 895 448	-0,9%	-1,0%
Total das Despesas	77 100 955 364	78 846 202 468	39 708 602 071	51,5%	50,4%
Saldo Global	-18 497 004 533	-19 253 965 066	-5 790 026 902	31,3%	30,1%
Passivos Financeiros - novo financiamento					
	35 897 594 361	36 654 554 897	17 915 363 299	50%	49%
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições	19 808 334 114	19 808 334 114	14 929 290 619	75%	75%
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	16 089 260 247	16 846 220 783	2 986 072 680	19%	18%
Passivos Financeiros - reembolsos de financiamento					
	17 400 589 831	17 400 589 831	9 912 845 128	57%	57%
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	9 004 545 167	9 004 545 167	4 095 457 560	45%	45%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações	8 211 044 664	8 211 044 664	5 760 192 582	70%	70%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	185 000 000	185 000 000	57 194 986	31%	31%
Financiamento Líquido	18 497 004 532	19 253 965 066	8 002 518 171		
Saldo Total	0	0	2 212 491 269		

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1 de janeiro a 30 de junho de 2022

3. Notas Explicativas

Nota 1: Contexto Operacional

O Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, cujas competências são fixadas no artigo 14º do Decreto Lei n.º 37/2016 de 17 de junho, republicado pelo Decreto Lei n.º 14/2018, de 7 de março, constitui uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, tendo como uma das atribuições a gestão das finanças do Estado, donde decorre a competência de através da Direção Nacional do Orçamento e contabilidade pública, coordenar a preparação e compilação das Contas Públicas do Estado, nos termos definidos no Decreto Lei n.º 28/2018, de 24 de maio de 2018, em respeito aos princípios e normas gerais estabelecidos na Lei de enquadramento orçamental, da contabilidade pública e dos classificadores orçamentais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade, das normas internacionais do IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*) e demais práticas emanadas da legislação em vigor, concernentes a Contabilidade de Caixa.

Essas demonstrações financeiras são constituídas pela Demonstração de Recebimentos e Pagamentos de Caixa e pela Demonstração de Desempenho Orçamental, a partir de informações do Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira do Governo (SIGOF) e das Notas Explicativas.

Nota 2: Políticas Contabilísticas

O Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial elaborou as demonstrações financeiras, que integram a prestação de contas do II trimestre de 2022 e que estão em processo de adequação aos procedimentos, práticas e divulgação das demonstrações financeiras em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NICSP sob o regime de caixa) e as boas práticas cabo-verdianas de Contabilidade Pública. Estas demonstrações financeiras

estão apresentadas em Escudos Cabo-verdianos (CVE), que é a moeda oficial do país e também a moeda de apresentação.

Nota 3: Abrangência

As demonstrações financeiras são do Governo Central, formado pelos Órgãos de Soberania, Serviços Simples (Ministérios), Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autónomos e por duas Agência Reguladoras, perfazendo um total de 78 instituições, cada qual com obrigação da execução do orçamento no sistema integrado de gestão orçamental e financeira do Governo (SIGOF) e do envio dos balancetes mensais, trimestrais e anuais conforme disposto no decreto Lei nº 1/2022, de 05 de janeiro de 2022.

Assim, o Governo Central abrange:

- Órgãos de Soberania – 8
- Serviços Simples – 23 (incluindo as estruturas que compõem a Chefia do Governo)
- Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autónomos – 47
- Entidades Reguladoras - 2

Nota 4: Data da Autorização

As demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 15 de agosto de 2022 pelo Dr. Olavo Correia, Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial.

Nota 5: Das Receitas e Despesas

As receitas são provenientes de impostos, taxas, prestação de serviços, contribuição para segurança social, donativos, sendo recebidas por via bancária (registadas na conta única do tesouro), classificadas e escrituradas pelo regime de caixa, em Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os procedimentos estabelecidos no Decreto-lei n.º 29/2001, de 19 de novembro e no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2022, aprovado a 05 de janeiro de 2022.

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

As despesas foram realizadas para custeio das atividades de funcionamento, pessoal e encargos, e outras despesas de natureza institucional, obedecendo as fases da despesa pública (cabimento, autorização, verificação, liquidação e pagamento), sendo, na sua maioria, efetuadas através de ordem bancária/transferência eletrônica de fundos e escrituradas pelo regime de caixa no Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os procedimentos estabelecidos no Decreto-lei n.º 29/2001, de 19 de novembro e no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2022, aprovado a 05 de janeiro de 2022.

Nota 6: Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data da transação dos recebimentos.

As disponibilidades da Administração Direta estão afetadas à Conta Única do Tesouro (CUT) que acolhe praticamente todas as disponibilidades financeiras da Administração Central.

Nota 7: Impostos

Impostos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
DGCI	8 789	0	8 789	6 925
DGA	11 689	0	11 689	8 032
Total de Impostos	20 478	0	20 478	14 957

No segundo trimestre de 2022, registrou-se um aumento de receita de impostos na ordem dos 36,9%, quando comparado aos dados do trimestre homólogo. Este acréscimo deriva das variações positivas dos impostos sobre rendimentos em 8,7%, do tributo especial unificado em 35,9%, dos impostos sobre bens e serviços em 53,8%, dos impostos sobre transações internacionais em 39,3% e outros impostos em 21,7%. As receitas da DGCI representaram 42,9% do total dos impostos e as arrecadadas pela DGA totalizaram os 57,1%.

Nota 8: Contribuições para Segurança social

Contribuições para segurança social	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Taxa social única	0	0	0	0
Contribuições para segurança social	33	0	33	29
Outras contribuições	0	0	0	0
Total de Contribuições	33	0	33	29

As receitas advenientes da segurança social, em junho de 2022, apresentaram um acréscimo de 13,5%, em face ao período homólogo de 2021. A sub-rubrica contribuições para a caixa de aposentações e pensões respondem por 99,2% do total da arrecadação das contribuições para a segurança social.

Nota 9: Transferências

Transferências	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Governos Estrangeiros	275	4	279	229
Organismos Internacionais	73	6	79	248
Administrações Públicas	29	142	171	212
Total de Transferências	377	152	529	690

O agrupamento económico das transferências apresentou um decréscimo na ordem dos 23,3%, comparativamente ao período homólogo, sendo a rubrica governos estrangeiros representando 52,8% e das administrações públicas 32,3% do total de arrecadação desta receita. Concerne aos organismos internacionais o peso remanescente de 14,9% do total.

Nota 10: Outras Receitas do Estado

Outras Receitas do Estado	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Rendimentos de propriedade	35	128	162	175
Venda de bens e serviços	1 550	965	2 514	1 865
Multas e outras penalidades	108	3	112	76
Outras transferências	11	49	60	22
Outras receitas diversas e não especificadas	64	15	79	72
Total de Outras Receitas	1 768	1 160	2 928	2 210

No trimestre em análise, a rubrica outras receitas registaram um aumento de 32,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, através da performance das sub-rubricas que compõem os principais elementos desse agregado de receitas:

- i. venda de bens e serviços, que aumentaram 34,8% (+649,5 milhões de CVE), devido a variação positiva, nomeadamente nas taxas de serviços de passaportes, de serviços policiais, de secretaria, da taxa de segurança aeroportuária, dos serviços de título de residência de estrangeiro, dos emolumentos e custas dos registos e notariados, dos emolumentos pessoais dos serviços de polícia e fronteiras e dos serviços aduaneiros e guarda-fiscal;
- ii. verificou-se uma variação homóloga positiva nas receitas com multas e outras penalidades em +35,8 milhões de CVE;
- iii. um aumento na rubrica outras transferências (+176,6%; +38,3 milhões de CVE), especificamente nas arrecadações com receitas de outras transferências correntes e dos serviços consulares;
- iv. um aumento das outras receitas diversas e não especificadas em 9,9% (+7,1 milhões de CVE), nomeadamente nas receitas do totoloto nacional.
 - i. em contrapartida, registou-se uma diminuição na arrecadação de receitas com rendimentos de propriedade em -12,7 milhões de CVE, derivado, essencialmente, da diminuição nos recebimentos de rendas de outras concessões.

Nota 11: Outros Recebimentos

No agrupamento “outros recebimentos” enquadra-se os recebimentos por conta de terceiros e que são depositados no Tesouro, nomeadamente, cauções e contas de entidades externas ao Governo abertas no banco Tesouro e montantes dos cheques e transferências já emitidas que carecem de compensação financeira.

Até junho de 2022, registou-se um total de recebimentos de 9.582,6 milhões de CVE, enquanto que no mesmo período em 2021 o valor recebido foi de 2.351,9 milhões de CVE.

Nota 12: Pessoal e Encargos

Pessoal e Encargos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Pessoal e encargos	2022	2022	2022	2021
Remunerações certas e permanentes	7 179	2 806	9 986	10 013
Encargos com a segurança social	813	261	1 074	660
Total Pessoal e encargos	7 993	3 067	11 060	10 673

No segundo trimestre de 2022, as despesas com pessoal e encargos representaram 40,4% do total das despesas da Administração Central, atingindo os 11.059,7 milhões de CVE, sendo que as Remunerações certas e permanentes respondem a 90,3% do total desta rúbrica e os Encargos com a segurança social 9,7%. Estão incluídos nesse grupo, a remuneração do pessoal ativo e subsídios. Compreende ainda, as obrigações laborais de responsabilidade do empregador, contribuições a entidade de previdência e benefícios eventuais englobando encargos com saúde, seguros e acidentes no trabalho entre outros.

A Administração direta corresponde a 72,3% do total de despesas desta rúbrica e os Fundos e Serviços Autónomos com 27,7%. Comparando o ano de 2022 com o ano de 2021, verificou-se que as despesas com pessoal e encargos aumentaram 3,6% (+386,5 milhões de CVE).

Nota 13: Aquisição de bens e serviços

Aquisição de bens e serviços	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Aquisição de bens	593	624	1 217	1 326
Aquisição de serviços	2 304	637	2 941	2 275
Total aquisição de Bens e serviços	2 897	1 261	4 159	3 602

A rubrica aquisição de bens e serviços, quando comparado com mesmo período do ano de 2021, apresentou um aumento de 15,5%, correspondendo a um peso de 15,2% do total das despesas da Administração central, situando-se em 4.158,8 milhões de CVE.

Analisando a execução em termos desagregados, constatou-se que, as despesas com aquisição de bens correspondem a 29,3% e a aquisição de serviços 70,7% do total de despesas desta rubrica económica.

Nota 14: Juros e outros encargos

Juros e outros encargos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Juros da dívida Externa	1 079	0	1 079	478
Juros da dívida Interna	1 634	0	1 634	1 567
Outros Encargos	12	0	12	11
Total de juros e encargos	2 725	0	2 725	2 057

Comparando-se o segundo trimestre de 2022 com o de 2021, verificou-se um aumento de 32,5% da rubrica juros e outros encargos. Esta performance, deveu-se ao acréscimo nas despesas com os juros da dívida pública externa em 125,5% (+600,3 milhões de CVE) decorrente da conclusão das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e um comercial, bem como pela variação cambial e do aumento juros da dívida pública interna em 4,2% (+66,6 milhões de CVE).

Nota 15: Subsídios

Subsídios	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Subsídios Empresas Públicas Não Financeiras	204	0	204	352
Subsídios Empresas Privadas Não Financeiras	187	321	507	247
Total de subsídios	391	321	712	600

Em junho de 2022, a rubrica subsídios apresentou um aumento de 18,6% quando comparado com o mesmo período do ano transato, em decorrência da sub-rubrica subsídios às empresas privadas não financeiras, que apresentou um aumento de 259,9 milhões de CVE, em face ao período homólogo de 2021. Pese embora a diminuição dos subsídios transferidos no âmbito da Resolução n.º 54/2021 de 16 de abril (resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas), regista um aumento dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Medidas estas adotadas através das Resoluções n.º 28/2022 de 25 de março e n.º 64/2022, de 10 de junho.

Nota 16: Transferências

Transferências	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Para Governos Estrangeiros	23	43	66	29
Organismos Internacionais	10	2	12	63
Administrações Públicas	2 344	33	2 377	2552
Total de Transferências	2 377	78	2 455	2 644

O total de transferências efetuadas aos organismos e entidades, para financiar as despesas, até junho de 2022, foi de 2.454,8 milhões de CVE, representando uma diminuição de 188,9 milhões de CVE, relativamente ao mesmo período do ano transato. Analisando a execução em termos desagregados, constatou-se que, as transferências destinadas a fazer face aos compromissos das administrações públicas correspondem a 96,8% do total das transferências, seguido das despesas para os governos estrangeiros e os organismos internacionais com 2,7% e 0,5%, respetivamente.

Nota 17: Benefícios Sociais

Benefícios Sociais	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Pensões e Reformas	2 929	877	3 807	3 628
Evacuações de Doentes	36	161	197	196
Outros Benefícios Sociais em Numerário	157	19	175	863
Total de Benefícios Sociais	3 122	1 057	4 179	4 687

Os gastos com benefícios sociais atingiram uma execução de 4.179,2 milhões de CVE. Do montante executado, atestou-se que, grande parte do mesmo, 91,1% foi canalizado para pensões e reforma. As pensões de aposentação e as pensões do regime não contributivo, cifraram em 2.664,9 milhões de CVE e 959,2 milhões de CVE, respetivamente, representando 63,8% e 23,0% do total de benefícios sociais.

Relativamente aos benefícios de assistência social, estes assinalaram uma variação homóloga negativa de 64,7% (-683,6 milhões de CVE), impulsionado principalmente pela diminuição na execução dos projetos de rendimento social de Inclusão e estágios profissionais.

Nota 18: Outras Despesas do Estado

Outras Despesas	Administração	Fundos e	Agregado	
	Direta	Serviços		
	2022	Autónomos	2022	2021
Seguros	14	22	36	28
Partidos Políticos	36	0	36	36
Organizações não governamentais	375	57	432	62
Restituições	39	0	39	2
Indeminzações	386	0	387	179
Outras Despesas	94	316	410	464
Total de Outras Despesas	945	395	1 341	772

No que se refere a rubrica “Outras despesas do Estado”, estas registaram um agravamento no montante de 568,9 milhões de CVE, quando comparado com o mesmo período em 2021. Esta performance decorreu, justificado, essencialmente, pelas transferências a instituições sem Fins lucrativos de 2022. A rubrica outras despesas do Estado correspondem a 4,9% do total de pagamentos efetuados pela Administração Central no segundo trimestre de 2022.

Nota 19: Adiantamentos por regularizar

Esse agrupamento é essencialmente, referente aos adiantamentos efetuados aos órgãos de soberania e às embaixadas. A regularização decorrerá no processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação da conta de gerência. No período em análise a despesa por regularizar, situou-se em cerca de 716,4 milhões de CVE.

Nota 20: Outros Pagamentos

No agrupamento “outros pagamentos” enquadra-se os pagamentos efetuados pelo Tesouro por conta de terceiros, utilizado os recursos destes depositados no Banco Tesouro e montantes dos cheques e transferências já emitidas que carecem de compensação financeira.

Até junho de 2022, verificou-se um total de pagamentos de 12.501,0 milhões de CVE contra 4.537,7 milhões de CVE do ano de 2021.

Nota 21: Venda de ativos não financeiros

Venda Ativos Não Financeiros	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Ativos Fixos	368	1	369	528
Total Venda Ativos Não Financeiros	368	1	369	528

As vendas de ativos não financeiros cifraram-se em 368,6 milhões de CVE, registando um decréscimo de 30,1% (-158,9 milhões de CVE) comparativamente ao mesmo período do ano transato. Esta diminuição é devido a algumas vendas pontuais de ativos, que ocorreram no segundo trimestre de 2021 e não se registou em 2022.

Nota 22: Empréstimos concedidos – amortização

Empréstimos Concedidos - Amortização	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Empréstimos Concedidos	23	0	23	15
Total de Empréstimos Concedidos	23	0	23	15

Esta rubrica engloba as operações de amortizações efetuadas por terceiros no âmbito de empréstimos concedidos a título reembolsável. A conta de amortização de empréstimos concedidos no mercado interno resulta, essencialmente, do reembolso dos empréstimos concedidos às empresas públicas e autarquias locais.

Nota 23: Depósitos Certificação Poupança Mi - Levantamentos

Refere-se a movimentações nas contas bancárias, decorrente de saldos que foram utilizados para financiamento das despesas correntes. O total de saldos acumulados nesse trimestre é de 2.656,1 milhões de CVE.

Nota 24: Compra de Ativos não Financeiros

Compra Ativos não financeiros	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Ativos fixos	1 292	91	1 383	996
Recursos naturais	2	1	3	34
Total de Compra Ativos não financeiros	1 294	93	1 387	1 030

No segundo trimestre de 2022, a compra dos ativos não financeiros, registou um total de 1.386,7 milhões CVE, o que representa um aumento de 34,6% (356,7 milhões de CVE), relativamente ao período homólogo. Este acréscimo resulta da aquisição de alguns ativos, como edifícios não residenciais, edifícios para ensino, outras construções, equipamento administrativo e ativos fixos intangíveis, que ocorreram no segundo trimestre de 2022, mas não registraram no mesmo período de 2021.

Nota 25: Ações e Outras Participações Mercado Interno – Aquisição

Ações e Outras Participações	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
NEWCO	881	0	881	166
OUTROS	70	0	70	123
Total de Ações e Outras Participações	951	0	951	289

O total das ações e outras participações adquiridas pelo Estado durante o segundo trimestre de 2022 totalizou os 950,5 milhões de CVE, um aumento de 661,1 milhões de CVE, em face ao ano de 2021. As participações são, maioritariamente, investimentos em empresas públicas.

Nota 26: Empréstimos Concedidos Mercado Interno

Empréstimos Concedidos Mercado Interno	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Empréstimos obtidos	203	0	203	583
Total de Empréstimos obtidos	203	0	203	583

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

De janeiro a junho de 2022, o Governo concedeu 202,8 milhões de CVE de empréstimos no mercado interno, contra 583,3 milhões de CVE, no mesmo período homólogo de 2021.

Nota 27: Empréstimos Obtidos – Mercado interno

Empréstimo Interno	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Sistema bancário	10 758	0	10 758	9 206
Sistema não bancário	4 171	0	4 171	4 838
Total de Empréstimo Interno	14 929	0	14 929	14 044

As contas de empréstimos internos estão classificadas conforme a origem do credor interno. Deste montante, a maior parcela 10.331,8 milhões de CVE refere-se a obrigações do tesouro, seguido de bilhetes do tesouro de 4.577,5 milhões de CVE. Verifica-se um aumento de 6,3% (-885,8 milhões de CVE) dos empréstimos internos em relação ao exercício de 2021.

Nota 28: Empréstimos Obtidos – Mercado Externo

Empréstimos Obtidos - PME	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Multilateral	2 923	0	2 923	3 143
BAD	604	0	604	583
BADEA	25	0	25	2
BM/IBRD	0	0	0	2 512
FIDA	55	0	55	47
BM/IDA	655	0	655	0
IMF	1 584	0	1 584	0
Bilateral	63	0	63	297
Austria	0	0	0	125
FUNDO KUWAIT	63	0	63	115
JICA	0	0	0	57
Comercial	0	0	0	3
KBC	0	0	0	3
Total de Empréstimos Obtidos	2 986	0	2 986	3 443

Os empréstimos obtidos a longo prazo estão classificados conforme a origem do credor externo, sendo multilateral, bilateral e comercial. Tais passivos estão concentrados na categoria multilateral, especificamente como empréstimos a longo prazo, correspondendo a 97,9% dos valores totais dos empréstimos a longo prazo. Deste montante, a maior parcela 1.583,9 milhões

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

de CVE refere-se à dívida com o IMF ligados ao setor de economia, educação e tecnologia de informação.

Nota 29: Amortização de Empréstimo Interno

Amortização de Empréstimo Interno	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Amortização de Empréstimo Interno	5 760	0	5 760	3 555
Total de Amortização de Empréstimo Interno	5 760	0	5 760	3 555

Em junho de 2022, o item amortização de empréstimo interno cifrou-se em 5.760,2 milhões de CVE, apresentando um aumento de 62,0% (+2.204,7 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período do ano transato, reflexo do perfil de amortização dos títulos que constituem o portfólio da dívida interna.

Nota 30: Amortização de Empréstimo Externo

Amortização de Empréstimo Externo	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Amortização de Empréstimo Externo	4 095	0	4 095	1 970
Total de Amortização de Empréstimo Externo	4 095	0	4 095	1 970

Comparando-se o segundo trimestre de 2022 com o de 2021, verificou-se um aumento no total de amortização do empréstimo externo em +2.125,5 milhões de CVE (+107,9%), cifrando-se em 4.095,5 milhões de CVE.

Nota 31: Amortização de Empréstimo Leasing

Amortização de Empréstimo Leasing	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Amortização de Empréstimo Leasing	57	0	57	74
Total de Amortização de Empréstimo Leasing	57	0	57	74

Relativamente a amortização de empréstimos leasing (decorrente da política de aquisição de viaturas do Estado), estes assinalaram uma variação homóloga negativa de 22,5% (-16,6 milhões de CVE).

Nota 32: Saldo Inicial e Final de Caixa

O saldo inicial provisório da conta do Orçamento do Estado situou em 2.007,5 milhões de CVE tendo encerrado com 6.545,9 milhões de CVE em 30 de junho de 2022.

Cabe mencionar que o saldo de depósito considerado nos demonstrativos financeiros diz respeito somente ao saldo da conta única do Tesouro do orçamento do Estado e cuja informação é estimada através das estatísticas do BCV. De observar que as estatísticas relativamente a 2022 ainda estão em processo de apuramento por parte daquela instituição. O saldo definitivo será reportado aquando da apresentação da Conta Geral do Estado para 2022.